

O AGRONEGÓCIO E A REDEFINIÇÃO DO SEGMENTO DE REDE URBANA MATO-GROSSENSE

Agribusiness and redefinition of the segment of matogrossense urban network

El agronegocio y la redefinición del segmento de red urbana matogrossense



Reges SODRÉ – Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9615-528X>

URL: <http://lattes.cnpq.br/2155473636679484>

EMAIL: reges.sodre@ufr.edu.br

RESUMO

A formação do segmento de rede urbana de Mato Grosso é recente. Embora o processo de constituição de centros urbanos tenha iniciado no século XVII, a desarticulação e fragmentação das interações espaciais se manteve até os anos de 1980, quando o avanço da fronteira agrícola impõe novos arranjos territoriais. Destaca-se a criação da SUDECO em 1967, que atua na implantação e pavimentação de rodovias, ampliação da rede elétrica e incentivos a ocupação e modernização do campo. Como resultado dessas ações, a partir de 1980 há um forte crescimento da produção de soja no estado, tornando-o maior produtor do centro-oeste em 1987. Em 1993, era possível falar em um efetivo segmento de rede, articulado por Cuiabá e com o aparecimento de cidades ligadas ao campo moderno, como Sinop. Com o avanço sem precedentes do agronegócio a partir dos anos 2000, tornando Mato Grosso o maior produtor de soja do país, observa-se uma profunda e constante reestruturação da rede regional: aumento dos centros que realizam intermediação, interações espaciais interescares, relações de competição e complementariedade, ascensão de cidades médias e do agronegócio e declínio de centros antigos que não conseguem absorver as inovações. Assim, este trabalho analisa a formação do segmento de rede urbana mato-grossense a partir da influência das atividades do agronegócio. O trabalho foi construído com base no levantamento de microdados das publicações “Regiões de influência das cidades” do IBGE, dados de produção agropecuária, de estabelecimentos comerciais e revisão teórica.

Palavras-chave: Rede urbana; Mato Grosso; Agronegócio; Redefinição.

ABSTRACT

The formation of the segment of the Matogrossense urban network is recent. Even though it was the initiation of the constitution process of urban centers in the XVII century, the disarticulation and fragmentation of spatial interaction stayed until the decade of 80 when the advance of the agricultural border established new territorial arrangements. It is relevant the creation of SUDECO in 1967, which

<http://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/index>

This is an open access article under the CC BY NC Creative Commons license

Copyright (c) 2023 Revista Geotemas

Histórico do artigo

Recebido: 03 maio, 2023

Aceito: 29 junho, 2023

Publicado: 21 julho, 2023

acts in the implementation and road paving, the extension of the electrical network, and incentives to the occupation and modernization of the countryside. As a result of those actions, there was a strong growth of soy production in the state starting in 1980, which made it the biggest producer of Midwest in 1987. In 1993, it was possible to talk about the successful segment of the network articulated by Cuiabá and the emergence of cities linked to the modern field as Sinop. With the advance without precedents of agribusiness starting the year 2000 and making Mato Grosso the biggest producer of soy of the country, it is observed a deep and constant restructuration of the regional network: increasing of the intermediation centers, intercalary spatial interactions, competence and complementarity, ascent of medium cities and agribusiness and decreasing of old centers that cannot get the innovations. Furthermore, this work analyzes the formation of Matogrossense urban network, starting with the influence of agribusiness activities. This work was constructed based on the data collection of micro-data from "Regions of Influence of the Cities" publications from IBGE, data of farming production, commercial establishments and theoretical revision.

Keywords: Urban Network; Mato Grosso; Agribusiness; Redefinition.

RESUMEN

La formación del segmento de red urbana de Mato Grosso es reciente. Aunque el proceso de constitución de centros urbanos haya iniciado en el siglo XVII, la desarticulación y fragmentación de las interacciones espaciales se mantuvo hasta la década de 1980 cuando el avance de la frontera agrícola impone nuevos arreglos territoriales. Se destaca la creación de la SUDECO en 1967, la cual actúa en la implantación y pavimentación de carreteras, ampliación de la red eléctrica e incentivos a la ocupación y modernización del campo. Como resultado de esas acciones, hay un fuerte crecimiento de la producción de soya en el estado a partir de 1980, tornándose el mayor productor del centro-oeste en 1987. En 1993, era posible hablar de un segmento efectivo de la red articulado por Cuiabá y con la aparición de ciudades vinculadas al campo moderno como Sinop. Con el avance sin precedentes del agro-negocio a partir de los años 2000, haciendo de Mato Grosso el mayor productor de soya del país, se observa una profunda y constante reestructuración de la red regional: aumento de los centros que realizan intermediación, interacciones espaciales interescales, relaciones de competencia y complementariedad, ascenso de ciudades medias y del agro-negocio y disminución de centros antiguos que no logran absorber las innovaciones. De esta manera, este trabajo analiza la formación del segmento de red urbana matogrossense a partir de la influencia de las actividades del agro-negocio. Este trabajo fue construido basado en el levantamiento de micro-datos de las publicaciones "Regiones de influencia de las ciudades" del IBGE, datos de producción agropecuaria, de establecimientos comerciales y revisión teórica.

Palabras clave: Red urbana; Mato Grosso; Agro-negocio; Redefinición.

1 INTRODUÇÃO

As interações espaciais dos centros urbanos de Mato Grosso passaram, desde o início de sua constituição no século XVII, por longos períodos de estabilidade até a primeira metade do século XX. Eram caracterizados por relações de proximidade, lentidão e pouca densidade. No entanto, o avanço da fronteira agrícola e a consolidação do agronegócio, a partir dos anos de 1980, impuseram constantes redefinições das hierarquias, ampliação

das escalas de interações, das relações de competição e complementariedade entre as cidades.

Assiste-se à formação de um segmento de rede urbana mais complexo, que tem em Cuiabá o grande centro articulador e na ascensão de cidades médias, como Rondonópolis e Sinop, cidades do agronegócio como Sorriso, Primavera do Leste, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde e centros sub-regionais dinâmicos, como Água Boa e Pontes e Lacerda, as bases das novas centralidades e interações.

Os agentes que atuaram para estruturação e reestruturação do espaço regional se referem ao Estado, notadamente até a década de 1990, com a implantação de infraestrutura e financiamento e, em seguida, os grupos econômicos, com a criação de fortes empresas regionais, a chegada de grandes grupos nacionais e especialmente internacionais, os quais procuram ajustar a rede às suas necessidades de acumulação.

Diante disso, a presente pesquisa, que tem por objetivo analisar a formação do segmento de rede urbana mato-grossense a partir da influência das atividades do agronegócio, construiu-se pela a) revisão teórica sobre os processos de reestruturação das redes urbanas, principalmente em Corrêa (1997); Harvey (2018); Sposito (2009, 2010, 2018, 2020); Sposito e Sposito (2022) e Elias (2011, 2018, 2022). Na literatura regional, procurou-se suporte, dentre outros, em Abreu (2001); Higa (2005) e Azevedo (2006).

Os dados sobre o segmento de rede estadual foram levantados nas publicações “Regiões de influência das cidades” (IBGE, 1972; 1987; 2000; 2008; 2020a). Em cada publicação explorou-se os microdados, que trazem o detalhamento da vida de relações dos centros urbanos. Para pensar a modernização do campo, fez-se uso dos censos agropecuários de 1985, 1995, 2006 e 2017. Em relação ao consumo produtivo, procedeu-se ao levantamento da quantidade de estabelecimentos ligados ao agronegócio presentes nas cidades com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 1995; 2005; 2015; 2021).

O trabalho está dividido em três seções: na primeira, discute-se, teoricamente, o processo de redefinição das redes urbanas; na segunda, discorre-se sobre o longo caminho de montagem e estruturação do segmento de rede urbana de Mato Grosso; e a terceira seção se dedica à análise da redefinição a que este segmento é submetido a partir da ascensão do agronegócio como principal atividade econômica no final dos anos 80.

2 REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL E A REDEFINIÇÃO DAS REDES URBANAS

Os processos de reestruturação socioespacial são inerentes ao modo de produção capitalista, cujos agentes buscam constantemente ampliar suas margens de lucro, resolvendo problemas de realização. No último século e meio, segundo Harvey (2018, p. 136), os ajustes espaciais se deram em torno “da ampliação tanto do consumo final quanto do consumo produtivo no mercado mundial”, o que se expressou e demandou profundas alterações nas configurações territoriais.

Harvey (2018, p. 161) afirma que “a aceleração da produção e da circulação tem sido a cruzada fetichista” de nossos tempos, com destaque para as ondas de inovações tecnológicas e organizacionais que se viram a partir de 1980, as quais reestruturaram “radicalmente os regimes de valor regionais”. Na prática, isso significa o alargamento das escalas de acumulação, dos conflitos e das articulações analíticas necessárias à compreensão do presente período.

Segundo Sposito (2020), as reestruturações do capital têm alterado a rede urbana desde o final do século XX, ao menos de três modos. O primeiro, se refere ao aumento das relações entre cidades de redes urbanas diferentes para atender “en múltiples escalas geográficas, los vectores de la mundialización de la economía y de la globalización de los valores, prácticas y costumbres” (SPOSITO, 2020, p. 179).

Ainda conforme a autora, um segundo modo de alteração das redes urbanas diz respeito à superposição de relações hierárquicas e heterárquicas entre as cidades de diferentes e mesmos portes. Em terceiro lugar está o aumento do peso do comércio de bens e serviços nas interações espaciais entre as cidades, sustentado na expansão de grandes cadeias comerciais, de redes de franquias e na oferta de crédito.

Na escala regional, segundo Sposito (2018), a reestruturação é apreendida por meio das funções atribuídas aos centros urbanos e das interações espaciais. Estas não se realizam sem a reestruturação das cidades, que pode ser lida pela perspectiva da morfologia urbana. A instabilidade é marca central do processo de estruturação e reestruturação, especialmente em um período de aceleração e liquidez das relações socioespaciais.

A estruturação das redes urbanas foi marcada pela imposição de relações de dependência entre as cidades de uma região, organização hierárquica e interações espaciais contíguas, nas quais as distâncias topográficas tinham um enorme peso. Aí a delimitação das regiões de influência das cidades, o mapeamento da extensão dos fluxos

e das conexidades eram mais fáceis de serem visualizados, dadas as características mais zonais dos arranjos espaciais.

Com o processo de reestruturação em marcha, os arranjos espaciais antes mencionados não são completamente desfeitos, mas a eles se somam novos processos cujas relações entre as cidades absorvem outras modalidades de interações, como as horizontais e transversais, de organização heterárquica, de extensões e conexões constituídas por descontinuidades espaciais, uma vez que as distâncias físicas foram profundamente relativizadas pelas técnicas de transporte e informação (SPOSITO, 2010; 2020).

Os principais agentes dessa reestruturação das redes urbanas no Brasil foram os grandes grupos econômicos que adotaram novas lógicas locacionais buscando ampliar seus consumidores, contemplando a escolha de espaços urbanos não metropolitanos (SPOSITO, 2009; 2018). As lógicas econômicas e estratégias espaciais adotadas pelas grandes empresas atuam tanto no sentido de reforçar as hierarquias urbanas, bem como de negá-las (SPOSITO e SPOSITO, 2022).

Conforme Sposito e Sposito (2022, p. 76), “a força dos grandes capitais reforça ou redefine estruturas das redes urbanas”. São destaques a desconcentração de grupos varejistas, atacadistas e de franquias para cidades médias e sub-regionais (SPOSITO e GOES, 2015; LOZANO e SPOSITO, 2015). No entanto, como assinala Moreira (2020), para certas realidades do Brasil, como o centro-oeste, há um enorme peso do deslocamento de capitais ligado ao agronegócio.

Elias (2011, 2018, 2022) vem demonstrando, em diversos trabalhos, como, a partir dos anos 1970, nas regiões sudeste e sul, e a partir de 1980, nas regiões nordeste, centro-oeste e norte, as atividades do agronegócio têm contribuído para a urbanização do interior, especialmente em cidades médias, de porte médio e pequenas, e imposto profundas reestruturações regionais.

Uma das características centrais do agronegócio diz respeito à interdependência de setores econômicos, que, além do agrícola, envolve a “produção industrial, que produz os bens de produção para a agropecuária ou que transforma a produção agropecuária, assim como o setor de comércio e de serviços”, pois “o agronegócio requer uma grande quantidade de produtos e serviços especializados” (ELIAS, 2022, p. 295).

É nas cidades que se realizam parte das condições de reprodução do agronegócio globalizado, tais como o fornecimento de mão de obra (especializada e braçal), recursos financeiros, insumos químicos, máquinas agrícolas, assistência técnica agropecuária,

laboratórios de pesquisa biotecnológica, serviços de marketing, logística, exportação, aviação aérea, empresas de aluguel de tratores, agroindústria alimentar composta pela fabricação de bebidas, laticínios, torrefação e moagem de café, abate e preparação de produtos de carnes (ELIAS, 2018; 2022).

Segundo Elias (2022), esse comércio é comandado por grandes grupos econômicos nacionais e internacionais que usam as cidades eleitas como suporte a produção agrícola estimulando o estabelecimento de interações espaciais interescares. Elas passam a se constituírem como importantes nós de segmentos urbanos regionais em demandas ligadas ao agronegócio, que se especializa em segmentos específicos, como grãos, carnes ou frutas tropicais.

Tais processos de reestruturação não se fazem sem o maciço apoio governamental, com oferecimento de infraestruturas para atuação dos grupos econômicos e financiamento direto de suas atividades. O resultado é a profunda refuncionalização de segmentos de redes urbanas, nas quais modificam seus papéis, centralidades e interações espaciais para atender as novas demandas de mercado.

Esse contexto leva à emergência de diversos centros que assumem papéis de cidades do agronegócio, cidades médias ou sub-regionais, mas, ao mesmo tempo, verifica-se a marginalização, a estagnação e mesmo o declínio de cidades que não são selecionadas como nós das novas redes urbanas. Já o uso meramente instrumental do campo em alguns municípios, produz cidades que permanecem como meras reservas de força de trabalho precária. Nesse caso, as demandas modernas são resolvidas nos centros regionais e sub-regionais.

3 ESTRUTURAÇÃO DO SEGMENTO DE REDE URBANA DE MATO GROSSO

Pode-se afirmar que a estruturação do segmento de rede urbana de Mato Grosso tem pelo menos dois momentos principais: o primeiro se refere ao largo período que vai da colonização aos anos 1960, e pode ser caracterizado pela baixa densidade técnica do território, desarticulação dos centros urbanos, ausência de centros intermediários, primazia da capital, Cuiabá, limitadas interações espaciais e profundas segregações interurbanas, visualizadas no isolamento de alguns núcleos de povoamento.

Um segundo período está situado entre as décadas de 60 e 90, em que serão montados os traços fundamentais que atualmente caracterizam o segmento de rede urbana, em termos de formas-conteúdos. Três eixos rodoviários foram construídos: BR-364

na porção sul, que teve o início em 1961; BR-163, que corta o centro do estado no sentido longitudinal, construída em 1976; e a BR-158, que percorre o Vale do Araguaia, e teve sua conclusão realizada em 1980.

Segundo Higa (2005), a ocupação mais antiga estruturou centros no sul do estado. Cidades localizadas no sudoeste, como Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres, surgiram ligadas à exploração de garimpos de ouro, exploração de erva-mate, poaia e defesa da fronteira internacional do Brasil. Já à sudeste, apareceram cidades como Barra do Garças, Guiratinga, Itiquira e Alto Araguaia, cujas funções e interações estiveram ligadas à exploração de diamante. Cuiabá nasce, igualmente, como suporte à exploração mineral no século XVII.

As ligações entre as cidades até meados do século XIX eram realizadas preferencialmente pela navegação. Não por acaso, os centros urbanos que mais prosperaram estavam localizados no entorno dos rios Cuiabá (Cuiabá), Araguaia (Barra do Garças) e Paraguai (Cáceres). Posteriormente, a partir do início do século XX, soma-se a importância dos caminhos tropeiros às estradas, que possibilitavam a ligação oeste-leste, de Vila Bela da Santíssima Trindade à Barra do Garças (HIGA, 2005).

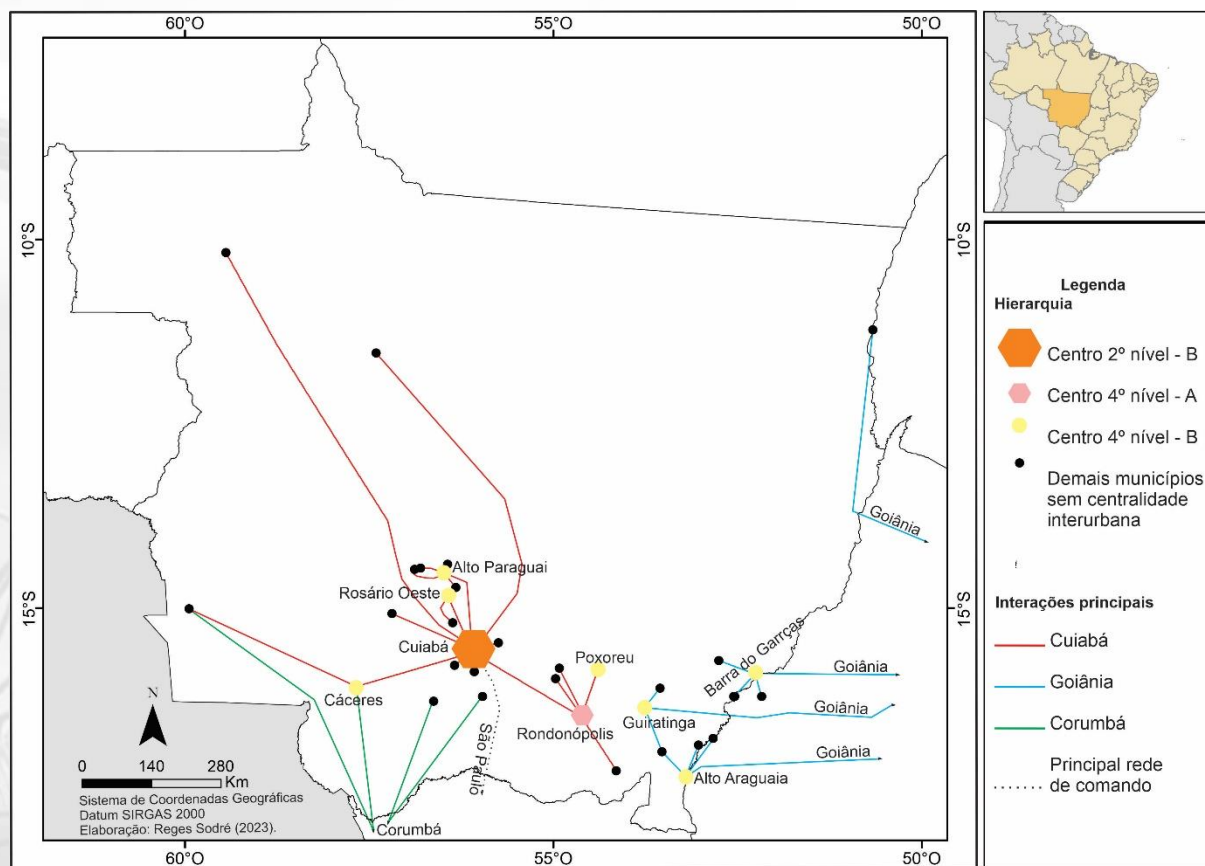
De acordo com Higa (2005), depois do declínio das atividades extrativistas, o que manteve uma fraca vida de relações na região foi a ascensão da criação de gado. A abertura de caminhos por terra permitiu que os núcleos urbanos de Mato Grosso ampliassem suas interações com outras regiões brasileiras, com a exportação de produtos como a cana-de-açúcar e o charque, atraindo maior fluxo migratório.

A despeito de tentativas de colonização e integração nacional a partir do governo de Getúlio Vargas, o estado permaneceu com uma economia incipiente e um meio pré-técnico até os anos de 1960, quando grandes rodovias de penetração começam a ser construídas (ABREU, 2001). Até 1976, o imenso estado do Mato Grosso tinha apenas 34 municípios, boa parte dos quais na sua porção sul (IBGE, 2012).

O primeiro estudo do IBGE sobre rede urbana, publicado em 1972, com base em levantamentos realizados em 1967, mostra a desarticulação das interações espaciais, bem como a pouca diferenciação dos centros urbanos mato-grossenses. Não é sequer possível afirmar que havia um segmento de rede urbana nesse período, tendo em vista que nenhum centro articulava em torno de si a maioria das cidades¹. O que havia era uma fragmentação das interações espaciais, como pode ser visualizado na figura 01.

¹ Duarte (1989, p. 16), referindo-se ao centro-oeste, afirma que até a efetiva integração iniciada a partir de 1970, “[...] o espaço intra-regional era um conjunto de núcleos e áreas não articuladas entre si”.

Figura 01 – Interações espaciais das cidades de Mato Grosso em 1972



Fonte: IBGE (1972).

Conforme pode ser observado na figura 01, o espaço de Mato Grosso estava dividido em três arranjos de interações espaciais. O primeiro é o Vale do Araguaia que estava vinculado a Goiânia. Aí as principais cidades eram Alto Araguaia, Barra do Garças e Guiratinga, que exerciam a função 4º nível B, caracterizados como centros que “dão alguns serviços a número reduzido de pequenas localidades próximas, geralmente serviços bancários, ensino médio, hospitalar, além de concentração de produção agrícola” (IBGE, 1972, p. 14).

Na parte central, havia um segmento organizado em torno de Cuiabá, que exercia a função de 2º nível B, influenciando a cidade de Rondonópolis (4º nível A), Alto Paraguai, Rosário do Oeste e Cáceres. A ligação externa desse arranjo ocorria com a cidade de São Paulo. Por fim, o terceiro segmento, no sudoeste, era capturado pela cidade de Corumbá, localizada no que seria o Mato Grosso do Sul (vide figura 01).

Em 1967 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Abreu (2001) demonstra que essa agência teve papel decisivo na montagem

do espaço mato-grossense. Entre os programas criados na década de 1970, destaca-se o Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (PLADESCO I e II), o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA)² e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO).

A partir da criação de Mato Grosso, em 1977, um novo conjunto de programas, liderados pela SUDECO, é colocado em marcha para consolidação e desenvolvimento da nova unidade federativa. Destaca-se o Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso (PROMAT), o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) e o PLADESCO III (ABREU, 2001).

No conjunto, pode-se afirmar, a partir de Abreu (2001), que esses programas tiveram por objetivo o investimento em energia, transporte, saneamento, pista de pouso, armazéns, silos, comunicação, desenvolvimento da pecuária e agricultura, incentivo à exportação, realização de pesquisas, projetos de colonização dirigida, projeção e criação de cidades em gabinete, assistência técnica e crédito rural.

Assim, entre 1970 e 1985, a preocupação central do governo federal era ocupar Mato Grosso e promover a expansão da produção agrícola, privilegiando grandes produtores rurais. Daí a necessidade de incentivo para apropriação de terra e da implantação de infraestrutura para circulação de mão-de-obra e mercadorias (ABREU, 2001). Esse avanço da fronteira irá promover profundas mudanças no estado, mas elas só serão verificadas na rede urbana a partir de 1990.

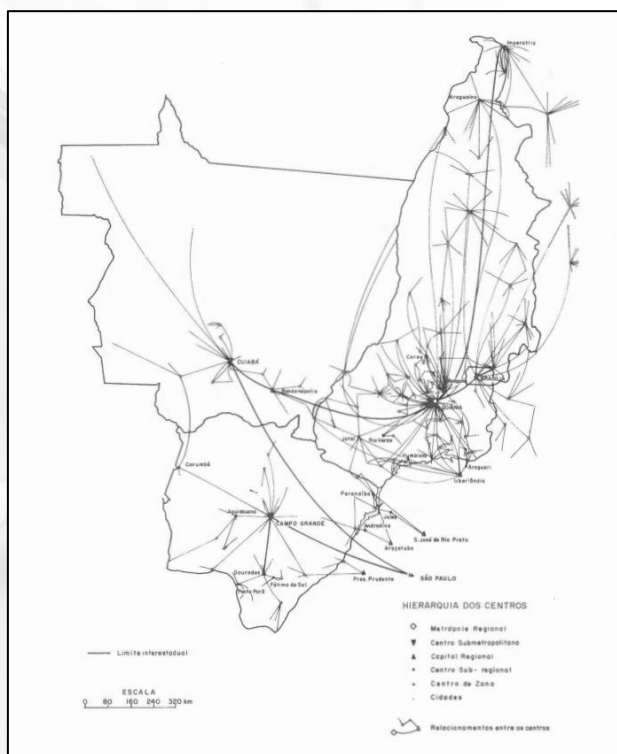
Em 1983, quando é realizado o segundo estudo de “Regiões de influência das cidades”, pelo IBGE, a configuração das interações espaciais de Mato Grosso continuava semelhante àquela de 1972 (figura 02). A principal mudança foi a expansão da centralidade de Cuiabá, que praticamente extingue a influência de Corumbá no sudoeste, mas, ao mesmo tempo vê o poderio de Goiânia avançar sobre o território estadual, a ponto de disputar o comando sobre Rondonópolis (IBGE, 1987).

Cardoso (1989, p. 232) destaca o forte crescimento dos papéis urbanos de Cuiabá entre 1970 e 1980, constatado na instalação de “sedes ou escritórios regionais de companhias colonizadoras e de planejamento e assessoria para projetos agropecuários”.

² Segundo Abreu (2001, p. 128), havia no espaço mato-grossense uma divisão de trabalho entre SUDECO e SUDAM, para execução do POLAMAZÔNIA. À SUDAM “caberia a aplicação dos incentivos fiscais”, especialmente por meio do BASA. Já à SUDECO, ficaria responsável “pelos estudos e diagnósticos, [...] bem como a administração e acompanhamento dos programas”. Além disso, a SUDECO atuava na implantação de “infra-estrutura, especialmente rede viária” (ABREU, 2001, p. 141).

Verificou-se também a chegada de “firmas de maquinarias e equipamentos para atividades madeireiras e agrícolas, ao lado da aviação agrícola e de táxis aéreos. Isto estimulou o surgimento de firmas prestadoras de outros serviços e o aumento da rede bancária”.

Figura 02 – Interações espaciais na região Centro-Oeste em 1983



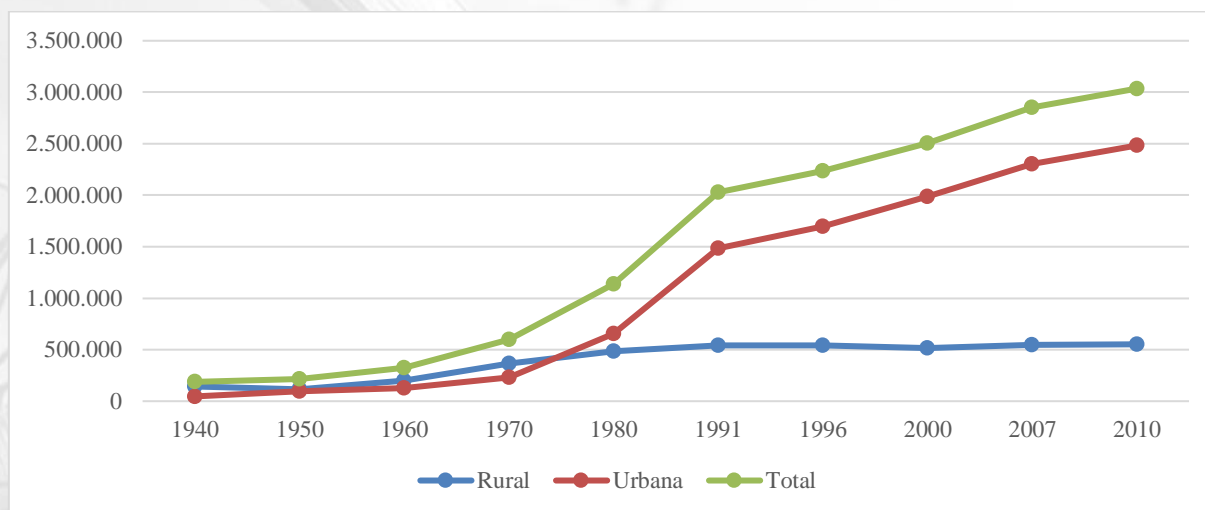
Fonte: Cardoso (1989).

Não obstante, observe na figura 02 que, no início de 1980, o estado de Mato Grosso é aquele que tem interações espaciais mais restritas e desarticuladas no centro-oeste. Embora Cardoso (1989) fale em “rede urbana comandada por Cuiabá”, entende-se que essa cidade apenas começava a articular um segmento próprio. Sua extensão era limitada pela influência de Goiânia a leste, marcada pela baixa densidade do arranjo, dada a fragilidade de centros de intermediação, da infraestrutura de mobilidade, de sua fragmentação e da dispersão dos poucos núcleos urbanos existentes.

Os impactos territoriais da expansão da fronteira ficam nítidos se considerarmos que, entre 1960 e 1980, foram instalados nove municípios, mas entre 1981 e 1990, houve o surgimento de cerca de 57 municípios (IBGE, 2012). Azevedo (2006, p. 143) apresenta a hipótese de que a criação dos novos municípios decorre “do processo de ocupação intensificado no início da década de 1970, e o desenvolvimento das estruturas produtivas ligadas ao agronegócio”, que criaram novas lideranças políticas.

Efetivamente, a criação desse vasto conjunto de municípios produz as condições para constituição de um segmento de rede urbana em Mato Grosso e que já nasce funcional ao agronegócio. Entre as cidades que surgem na década de 1980, destacam-se aquelas do norte, como Sinop, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Alta Floresta, Sorriso e, no sudeste, Primavera do Leste. Todas essas cidades desempenharão funções de suporte ao agronegócio, como oferta de máquinas e insumos agrícolas.

Gráfico 01 – Evolução da população urbana, rural e total de Mato Grosso

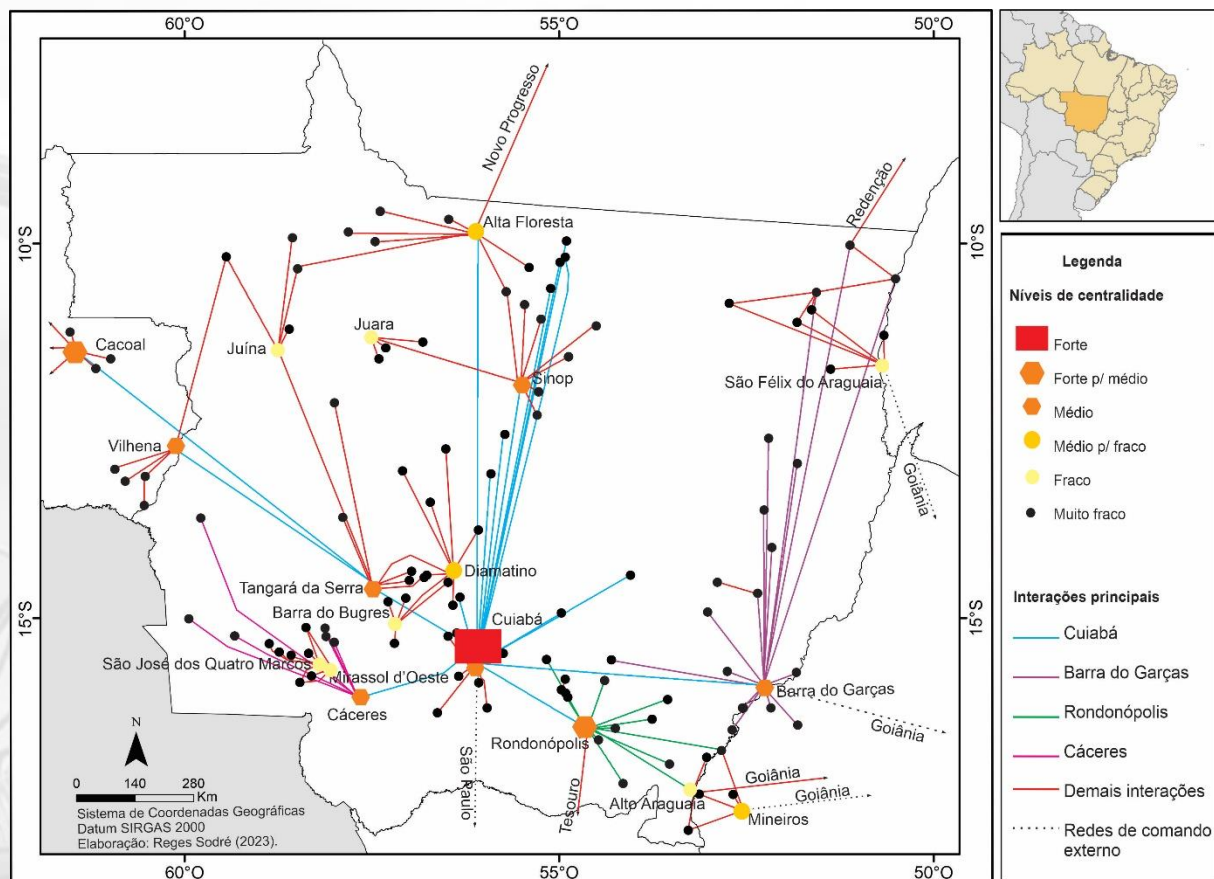


Fonte: IPEADATA (ca. 2022).

É em 1987 que Mato Grosso se torna o maior produtor de soja do centro-oeste, com 2.389.033 toneladas. A partir de então, o crescimento foi extraordinário, chegando em 2021 a 35.336.979 toneladas, a maior produção do Brasil (IBGE, 2022). A década de 1980, especialmente a partir de sua segunda metade, assinala um ponto de inflexão na estruturação do espaço regional, que passa a servir aos interesses do agronegócio globalizado.

Essa dinâmica é reforçada pela crescente urbanização, posto que, em 1980, pela primeira vez, a população urbana ultrapassa a rural, representando 57,52% do total (gráfico 01). A distância entre a curva de população urbana e rural só aumenta, atingindo em 2010 a cifra de 81,80% residentes urbanos e apenas 18,20% nas áreas rurais. Apesar disso, o índice de urbanização fica abaixo da média nacional, que foi de 84,40% em 2010. Em 1980, a população total atinge um milhão de pessoas, e nas três décadas seguintes, alcança a cifra dos três milhões (IPEADATA, 2022).

Figura 03 – O segmento de rede urbana de Mato Grosso em 1993



Fonte: IBGE (2000).

Assim, em 1993, é possível visualizar um segmento de rede urbana articulado por Cuiabá, que estende sua influência por todo o estado (figura 03). Essa rede se estrutura em três eixos, os quais permanecem até hoje. O primeiro é visualizado no sul do estado, com extensão leste-oeste, em torno de rodovias fundamentais, como a BR-070, BR-174 e BR-364. O segundo eixo acompanha o Vale do Araguaia e a BR-158 e o terceiro, surgido inteiramente nos anos de 1980, gravita as margens da BR-163, na área central de Mato Grosso.

Como pode ser observado na figura 03, o segmento de rede estadual aparecia hierarquizado, tendo no topo Cuiabá, que exercia forte centralidade, em seguida aparecia a cidade de Rondonópolis, com centralidade de forte para médio. Um terceiro grupo de centros, Tangará da Serra, Cáceres, Barra do Garças e Sinop, tinha níveis médios de centralidade. Em seguida, aparecem centros com médio para fraco, fraco e muito fraco nível de centralidade (IBGE, 2000).

É notável que Sinop, instalada em 1981, ascenda em pouco mais de dez anos, ao nível funcional de cidades tradicionais, como Cáceres e Barra do Garças, criadas ainda no

início do século XX. Como notou Freire Filho (2006, p. 73), aquela cidade está situada na região norte do estado, que já nasce moderna, e passa a cumprir papel fundamental de “organização do povoamento” e suporte à produção agrícola do seu entorno.

A partir do final da década de 1990, uma vez estruturado e estabelecido um segmento de rede urbana, a diferenciação dos centros se acentua, com o surgimento de cidades que assumem papéis de intermediação, de cidades do agronegócio e sub-regionais. Ao mesmo tempo, o agronegócio globalizado que está na base de constituição da rede, coloca em jogo interações espaciais interescalares, de modo que padrões hierárquicos se combinam com relações heterárquicas.

4 O AGRONEGÓCIO E A REESTRUTURAÇÃO DO SEGMENTO DE REDE URBANA MATO-GROSSENSE

A partir de 1990, as políticas federais e estaduais para Mato Grosso não mais se voltavam prioritariamente para a ocupação do estado, mas para a modernização e a agroindustrialização da produção agrícola (ABREU, 2001) e é a partir daí que ganha relevo a atuação de grandes grupos econômicos, regionais, nacionais e internacionais, que vão contribuir para a constante redefinição do jovem segmento de rede urbana.

Em um primeiro momento, no início da década de 1990, predominavam as empresas de capital nacional, mas a própria reestruturação do capital nacional, com a venda, fusão e incorporação de empresas vernáculas por multinacionais, já anunciava a mudança de controle dos territórios. Castro e Fonseca (1995), afirmam que, em 1991, cerca de 61% das agroindústrias atuando no estado tinham capital de origem nacional, 20% regional e apenas 11% internacional.

Um exemplo de avanço do capital internacional se deu com a compra da Ceval em 1997, que, na época, era a maior processadora de soja do Brasil, pela Bunge, multinacional estadunidense, que passa então a atuar no Mato Grosso. No mesmo ano, a Sadia vendeu quatro fábricas de esmagamento e refino de soja, uma delas de Rondonópolis, para a Archer Daniels Midland (ADM), multinacional daquele mesmo país (SADIA, 1997; PADUAN, 2011).

Esses capitais, com a contribuição do financiamento estatal, impuseram uma profunda modernização do campo mato-grossense. Em 1985 existia 19.534 tratores em estabelecimentos agropecuários, já em 1995 esse número cresceu para 32.752. Em 2006,

eram 42.330 e, em 2017, cerca de 71.132 tratores em estabelecimentos rurais (IBGE, 1985; 1995; 2006; 2017).

Considerando outra variável importante, a da assistência técnica, nota-se que, em 1985, apenas 6.339 estabelecimentos recebiam assistência, em 1995 subiu para 22.131 mil e, em 2006, chegou aos 27.783 estabelecimentos com assistência técnica. Em 2017 houve um recuo para 21.998 estabelecimentos, em virtude da acentuada queda na participação do estado, que segue uma tendência nacional, o que foi compensado pelo avanço no percentual da assistência realizada pelo próprio produtor rural, que cresceu 43,84% em relação a 2006 (IBGE, 1985; 1995; 2006; 2017; 2020b).

Essa modernização é sequiosa de comércios e serviços urbanos voltados para o campo. Isso pode ser conferido na tabela 01, que apresenta, entre 1995 e 2021, o crescimento do número de empresas de serviços relacionados à pecuária, de fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais, do comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário e serviços veterinários. São justamente as atividades relacionadas à comercialização e manutenção de máquinas agrícolas que apresentam maior crescimento, com variação anual superior a 11%.

Essas dinâmicas econômicas se apoiaram e exigiram modificações na rede de cidade, a começar por uma nova rodada de emancipação de municípios. Entre 1991 e 2005, foram criados 41 novos municípios. Boa parte desses municípios surgem diretamente ligados ao agronegócio, sendo que, atualmente, seis deles estão entre os vinte maiores produtores de soja do estado: Sapezal, Nova Ubiratã, Querência, Campos de Júlio, Ipiranga do Norte e Nova Maringá (IBGE, 2012; 2022).

Tabela 01 – Crescimento de empresas ligadas ao agronegócio em Mato Grosso

Empresas	1995	2005	2015	2021	Crescimento % anual
Atividades de Serviços Relacionados com a Pecuária, Exceto Atividades Veterinárias	324	1047	827	969	4,30%
Fabricação de Máquinas e Equipamentos para Agricultura, Avicultura e Obtenção de Produtos Animais	2	16	37	47	12,91%
Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos para Uso Agropecuário	43	206	550	667	11,12%
Serviços veterinários	14	26	48	131	8,98%

Fonte: BRASIL (2021).

Os reflexos em termos de reestruturação da rede de cidades se deram notadamente na ampliação dos centros que exercem algum grau de intermediação. Eles eram 16 em 1993, dos quais 10 eram no centro-sul do estado, já em 2007 se expandiram para 29 e, em 2018, chegaram a 33 cidades³, com melhor distribuição nos principais eixos rodoviários regionais e maior complexidade de seus papéis, já que nem sempre ampliam suas áreas de influências (vide figuras 04 e 05).

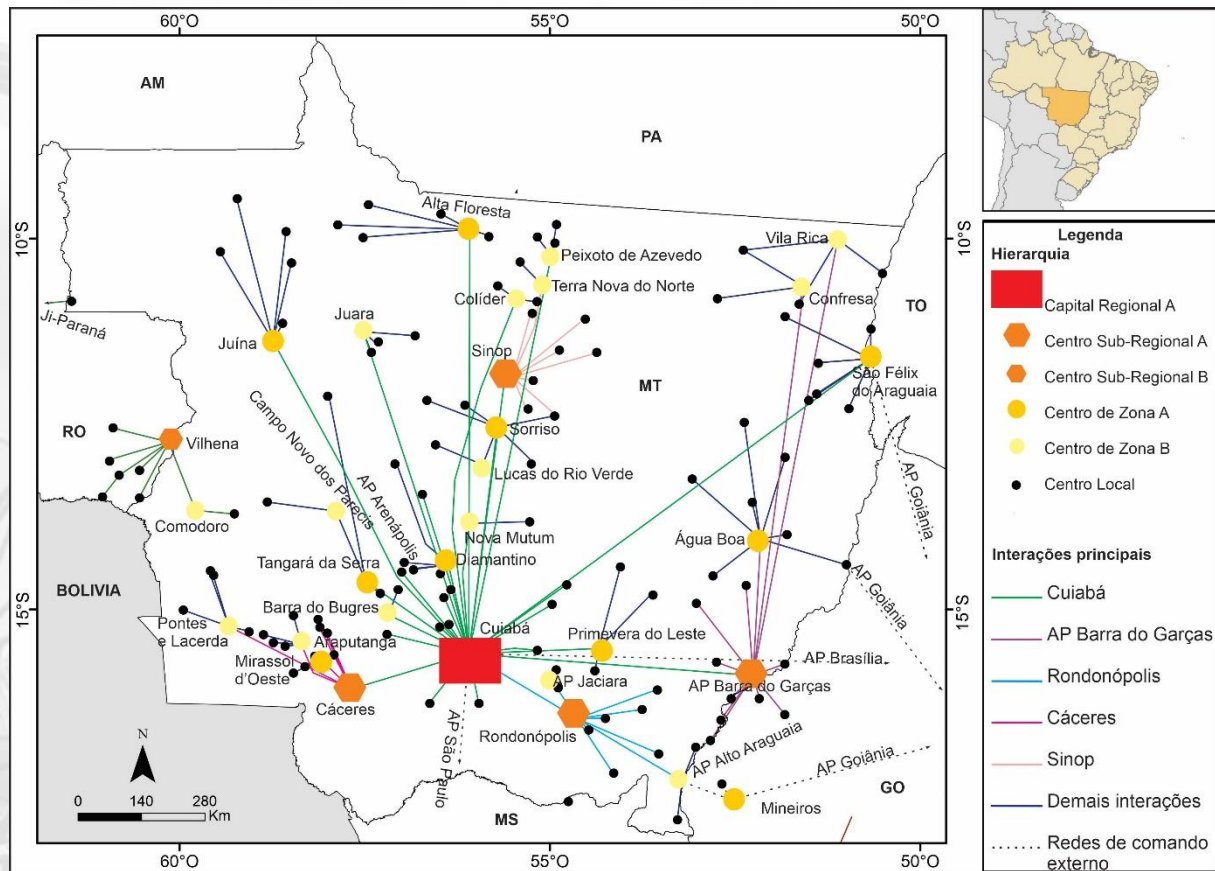
Em 2007, cinco centros no entorno da rodovia 163, na porção centro-norte do estado, assumiram papéis de centro de zona B (Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Colíder, Terra Nova do Norte e Peixoto de Azevedo) e um passou a exercer a função de centro de zona A, Sorriso. É destaque também a complexificação da porção leste da rede, com a ascensão das cidades de Confresa e Vila Rica, como centros de zona B e Água Boa e São Félix do Araguaia desempenhando papéis de centros de zona A (vide figura 04).

As cidades de Cáceres e Barra do Garças, de formação territorial mais antiga, Rondonópolis, surgida no contexto de frentes agropastoris dos anos de 1950, e Sinop, da frente moderna de grãos, exerciam papéis de centros sub-regionais A. Já Cuiabá despontava no topo do espaço regional, como capital regional A, estendendo sua influência por todo o estado. Na base da rede, um vasto contingente de cidades aparecia como centros locais, atendendo a população dos seus municípios (vide figura 04).

Em 2018, o segmento de rede regional se fortalece com maior complexidade dos centros urbanos. No topo, Cuiabá mantém sua posição de capital Regional A; em seguida, surgem duas capitais regionais C, Rondonópolis e Sinop, que consolidam suas posições como cidades médias. Cáceres, no sudoeste é rebaixada à condição de centro sub-regional B e Barra do Garças, no leste, se mantém como centro sub-regional A (vide figura 05).

³ Essa comparação é apenas uma aproximação, pois o IBGE modificou a metodologia entre 2007 e 2018, com a introdução dos arranjos populacionais urbanos. Isso acabou por suprimir centros que eram considerados isoladamente em 2007, como Várzea Grande e Cuiabá, que passam a ser considerados um só centro na rede. Atualmente Mato Grosso tem seis arranjos populacionais (IBGE, 2020a).

Figura 04 – Centralidades e interações espaciais no segmento de rede urbana de Mato Grosso em 2007



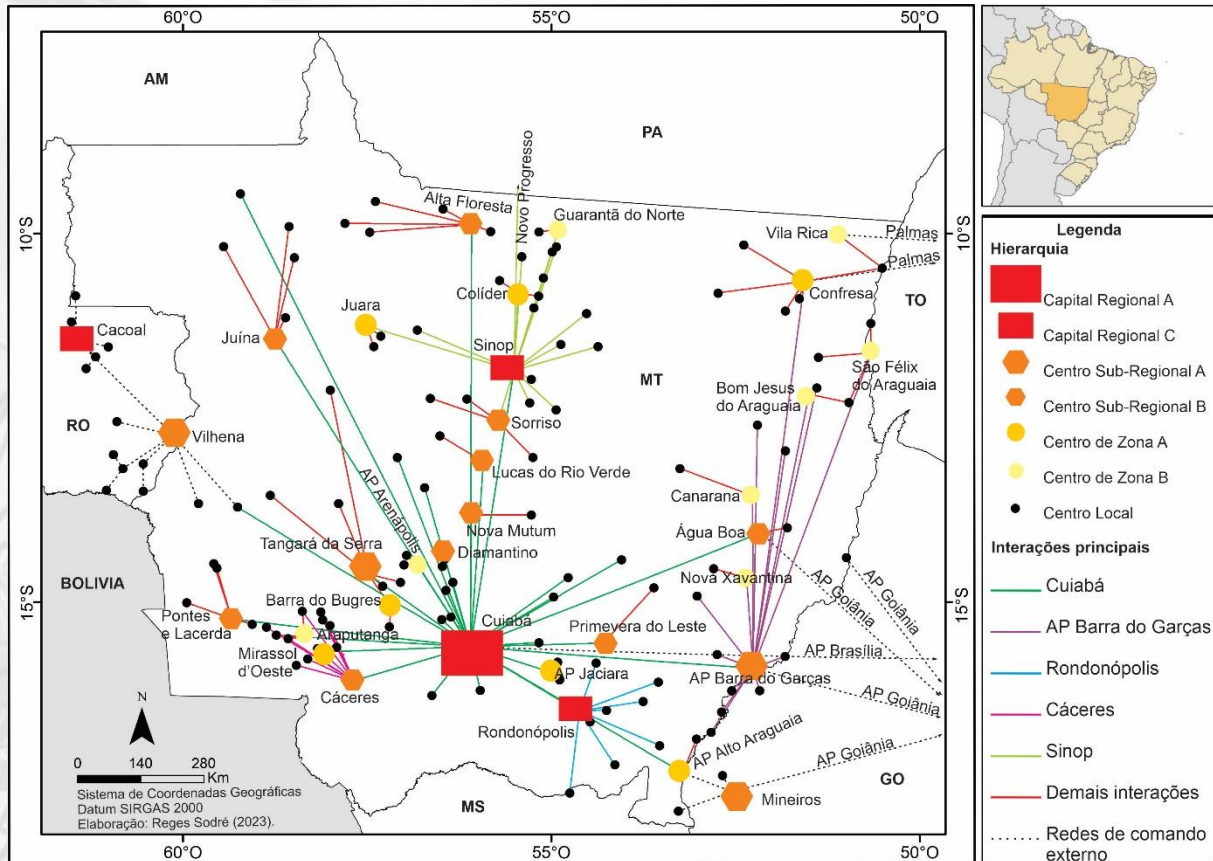
Fonte: IBGE (2008).

Na área de influência da rodovia 163, as cidades de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso passam a desempenhar papéis de centros sub-regionais B. Essa mesma posição passou a ser ocupada por Pontes e Lacerda, no sudoeste, Primavera do Leste, no sudeste, Água Boa no leste, Juína no noroeste e Floresta, no extremo Norte. Tais centros consolidam suas funções ligadas ao agronegócio de grãos e de pecuária de corte. Destaca-se ainda a cidade de Tangará da Serra, que salta de centro de zona A, para centro sub-regional A, transitando para condição de cidade média.

É nesse último levantamento do IBGE (2020a) que os papéis ligados ao agronegócio ficam mais explícitos na conformação e reestruturação da rede. Até o início do século, Cuiabá exercia um papel central na oferta de insumos para o agronegócio mato-grossense, bem como os centros tradicionais de Barra do Garça e Cáceres. Isso se modifica

completamente em 2018, quando as principais centralidades nessa temática são Rondonópolis e Sorriso.

Figura 05 – Centralidades e interações espaciais no segmento de rede urbana de Mato Grosso em 2018



Fonte: IBGE (2020a).

Sorriso é também o principal centro no segmento da oferta de maquinário e implementos agrícolas. Na origem da assistência técnica aparecem em destaque, Primavera do Leste, Lucas do Rio de Verde, Sinop, Rondonópolis e Sorriso. Estas duas últimas são igualmente os destinos principais da produção agropecuária estadual. Observa-se aí uma acirrada competição pelo controle dos fluxos ligados ao agronegócio, gerando uma rede de “múltiplos circuitos” (CORRÊA, 1997).

Quando se considera as 30 centralidades mais importantes do Brasil no fornecimento de insumos agropecuários, as cidades mato-grossense são destaque. Rondonópolis ocupa a segunda posição nacional, seguida de Sorriso, em terceiro lugar. Aparecem na lista, ainda, Sinop, Primavera do Leste, Nova Mutum, Campo Verde, Lucas do Rio Verde, AP Cuiabá, Campo Novo dos Parecis, Tangará da Serra e Sapezal. Essas

mesmas cidades surgem na lista de principais centralidades para assistência técnica, com destaque para Sorriso com a maior centralidade nacional (IBGE, 2020a).

Na lista dos 30 mais importantes em oferta de máquinas e implementos, surgem Sorriso, Rondonópolis, Sinop, AP Cuiabá, Primavera do Leste, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Tangará da Serra. Com exceção desta última, todas as outras e Campo Verde, figuram na lista das 30 principais centralidades para o destino da produção agropecuária. Mesmo sem aparecer nos rankings, vale destacar a cidade de Água Boa, que atrai 10 municípios nesse segmento do agronegócio; Pontes e Lacerda e Floresta, que atraem 8 cidades cada uma (IBGE, 2020a).

Ressalte-se, por fim, que esse é o quadro geral das transformações em curso, o que não nos impede de reconhecer as permanências e a seletividade das novas dinâmicas. De um lado, várias cidades pequenas permanecem no isolamento e sequer são servidas por rodovias pavimentadas, como Rondolândia, Colniza e Aripuanã, no extremo noroeste, e Luciara e São Felix do Araguaia, na região leste (MATO GROSSO, 2021).

Por se tratar de um estado grande, o terceiro maior da federação, e as cidades médias serem ainda poucas, como visto, as distâncias a serem percorridas para buscar serviços pelos moradores de cidades pequenas são em diversos casos superiores a 400 km. Isso não significa afirmar a existência de um segmento de rede desarticulado, mas permanecem vários pontos de viscosidades e manchas opacas.

Por outro lado, o agronegócio, na maioria dos casos, não dinamiza as pequenas cidades, das quais, aliás, como notou Sposito (2015, p. 136), as grandes propriedades rurais “não precisam” para o suporte de insumos. Necessitam de algumas cidades estratégicas com papéis intermediários. Assim, várias cidades de Mato Grosso, como Itiquira, Cláudia, Feliz Natal e Nova Maringá, aparecem como grandes produtoras de soja, mas isso não se traduz em oferta de consumo produtivo urbano. São cidades que servem apenas como reserva de mão de obra desqualificada para o trabalho nas safras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição dos primeiros núcleos urbanos do Mato Grosso esteve ligada à exploração de minérios e de ervas naturais. Posteriormente, atividades agropastoris mantiveram algum nível de relação entre as cidades, mas isso acontecia de forma fragmentada, com um pequeno grupo de centros se articulando em torno de Cuiabá, de Cáceres e de Barra do Garças.

São as ações de planejamento de ocupação do estado, no bojo da expansão da fronteira agrícola a partir dos anos de 1960 que começam a alterar o espaço mato-grossense. Aos poucos são criadas as condições para constituição de um segmento de rede urbana, que, no entanto, só se materializará no final da década de 80. Destaca-se a criação de rodovias estruturantes, a modernização do campo e a formação de dezenas de municípios como condições essenciais.

Assim, desde os anos de 1990, aparecem tipos de relações urbanas antes inexistentes em Mato Grosso, das quais podemos citar aquelas relativas à complementaridade e à competição entre os centros nos estratos mais baixos da hierarquia urbana, ou seja, cidades do agronegócio, centros sub-regionais e cidades pequenas que disputam o controle de sub-regiões.

Por outro lado, o arranjo populacional de Cuiabá se consolida no comando do espaço regional, com sua influência se estendendo por todo o estado. No nível intermediário, há o aparecimento de cidades médias dinâmicas, como Rondonópolis e Sinop, e daquelas que ainda apresentam dificuldades de consolidação, como Tangará da Serra e Barra do Garças.

Ao mesmo tempo, as interações espaciais deixam de ser restritas às escalas de proximidade e passam a combinar cada vez mais com dimensões interescares. E, ao invés de ter único vetor de deslocamento, agregam múltiplos circuitos de interações, nos quais se combinam diversas formas e direções de acesso às centralidades, especialmente no que diz respeito à busca por insumos ligados ao agronegócio.

A mudança de nível dos centros tem sido cada vez mais frequente, dada a acirrada competição entre eles, mas isso não significa ampliação das suas áreas de influência, e sim da complexidade funcional e das interações espaciais. Isso acontece em virtude de o espaço regional ter densidade, ainda que seletiva, na oferta de bens e serviços e uma forte disputa pelos comandos de áreas da rede.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense**, contexto, propósitos e contradições. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

AZEVEDO, D. **A rede urbana mato-grossense: intervenções políticas e econômicas, ações de planejamento e configurações espaciais**. 305 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. RAIS estabelecimentos. Brasília, MTE, 1995. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. RAIS estabelecimentos. Brasília, MTE, 2005. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 13 nov. 2022a.

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. RAIS estabelecimentos. Brasília, MTE, 2015. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. RAIS estabelecimentos. Brasília, MTE, 2021. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. G. **A dinâmica agroindustrial do centro-oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CARDOSO, M. F. T. C. O urbano e a totalidade social. *In*: (Org.). IBGE. **Geografia do Brasil – região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 189-239.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b. p. 279-318.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, [s.l.], 13(2), 153, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto-SP**. São Paulo: Edusp, 2018.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional no Brasil. **Revista de Geografia**, Recife, v. 39, n. 9, p. 290-305, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2022.254811>

DUARTES, A. C. O centro-oeste na organização na organização regional do Brasil. *In*: (Org.). IBGE. **Geografia do Brasil – região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 243-267.

FREIRE FILHO, O. Hierarquia urbana e modernização da agricultura *In*: (Org.). BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. L. **Geografias da soja: BR-163, fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006. p. 57-76.

LOZANO, L. P. G.; SPOSITO, E. S. Cidades médias e distribuição espacial do comércio de eletrodomésticos no Brasil. *In*: (Eds.). BELLET, C.; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; LLOP, J. M. **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida:

Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p. 79-108.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas-1966**. IBGE: Rio de Janeiro, 1972.

IBGE. **Regiões de influência das cidades-1978**. IBGE: Rio de Janeiro, 1987.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

IBGE. **Regiões de Influência das cidades-1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14/08/2020.

IBGE. **Regiões de Influência das cidades-2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

IBGE. **A legislação municipal, municípios vigentes-2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 fev. 2014.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

IBGE. **Regiões de influência das cidades-2018**. IBGE: Rio de Janeiro, 2020a.

IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2020b.

IBGE. **Pesquisa agrícola municipal 1976-2021**. IBGE: Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

IPEADATA. **População**. Brasília, [ca. 2022]. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 13 abr. 2023.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

HIGA, T. C. S. Processo de ocupação e formação territorial. (Org). MORENO, G.; HIGA, T. C. S. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 18-33.

MATO GROSSO. **Mapa rodoviário 2021**. SINFRA: Cuiabá, 2021.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira**: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.

PADUAN, R. O poder da Bunge. **Revista exame**, [s.l.], n.p, 18 fev. 2011. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/o-poder-do-bunge-m0050281/>. Acesso em: 13 set. 2022.

SADIA vende quadro fábricas. **Folha de Londrina**, [s.l.], n.p, 17 dez. 1997. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/sadia-vende-quatro-fabricas-55005.html?d=1>. Acesso em: 13 set. 2022.

SPOSITO, M. E. B. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: SANFELIU, C. B.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Las ciudades medias o intermédias en un mundo globalizado**. Lleida: Universitat de Lleida, 2009. p. 41-69.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. Revista redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-61, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/index>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SPOSITO, M. E. B.; GOES, E. M. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Orgs.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015, p. 125-151.

SPOSITO, M. E. B. Reestruturação econômica, urbana e da cidade: os papéis intermediários de cidades médias em múltiplas escalas. In: LAN, D.; ADRIANI, L.; SPOSITO, E. S (Coords). **Reestructuración productiva e industria, en ciudades intermedias de Argentina y Brasil**. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018. p. 189-208.

SPOSITO, M. E. B. La nueva arquitectura de las redes urbanas, el comercio y el consumo en Brasil. In: SILVEIRA, M. L.; BERTONCELLO, R.; DI NUCCI, J. (Coords). **Ciudad, comercio y consumo: nuevas perspectivas para su estudio geográfico**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2020. p. 177-195.

SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. Lógicas e estratégias espaciais. In: SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **A construção de uma pesquisa em Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2022, v. 1, p. 71-90.
